



POLÍTICA URBANA E HABITACIONAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL NA AMAZÔNIA

Leonardo Costa Miranda¹

Isabella Santos Corrêa²

Mônica de Melo Medeiros³

Raquel Paiva Gomes⁴

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a produção acadêmica que trata da política urbana e habitacional na Amazônia nos Programas de Pós-Graduação (PPG) da Área de Serviço Social. Tomando como método de investigação o materialismo histórico e dialético, a pesquisa analisou 15 dissertações defendidas em PPG da Área de Serviço Social, que foram selecionadas mediante levantamento bibliográfico. O estudo demonstra que os referidos programas têm elaborado pesquisas que apresentam a consolidação da produção científica nesta região, que por meio do direcionamento crítico, têm potencializado a formação de assistentes sociais e possibilitado que o trabalho profissional esteja comprometido com mudanças que visem transformações na vida da classe trabalhadora, bem como acesso e ampliação dos direitos sociais na política urbana e habitacional.

Palavras-chave: política urbana e habitacional; Serviço Social; produção acadêmica; Amazônia.

Abstract

This article aims to analyze an academic production that deals with urban and housing policy in the Amazon in Postgraduate Programs (PPG) in the Social Service Area. Taking historical and dialectical materialism as a method of investigation, a research analyzed 15 dissertations defended in PPG in the Social Work Area, which were selected through a bibliographic survey. The study demonstrates that the programs have developed researches that present the consolidation of scientific production in this region, which, through critical guidance, have enhanced the training of social workers and made it possible for professional work to be committed to changes aimed at transforming life of the working class, as well as access and expansion of social rights in urban and housing policy.

Keywords: urban and housing policy; Social service; academic production; Amazon.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Discente de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB). E-mail: leonardocostamiranda1@gmail.com

² Assistente Social graduada pela UFPA. Mestranda do PPGSS/UFPA e membro do GEP-CIHAB. Residente de Serviço Social em Regularização Fundiária Urbana pela Clínica de Direitos Humanos (CIDHA/PPGD/UFPA). E-mail: isabellacorrea51@gmail.com

³ Assistente Social graduada pela UFPA. Mestre em Serviço Social pelo PPGSS/UFPA e discente de doutorado do PPGSS/UFPA. E-mail: monica.melom@yahoo.com.br

⁴ Doutora pelo Programa de Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC. Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Comarca de São Bernardo do Campo. E-mail: raquelcpaiva@gmail.com



INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar a forma como a política urbana e habitacional na Amazônia e a sua relação com o Serviço Social tem sido abordada pelos programas de pós-graduação da Região Norte do País. Assim, o estudo procurou analisar a produção acadêmica dos referidos programas, apreender as principais temáticas tratadas e elucidar os processos que constituem social e historicamente as cidades amazônicas.

O Serviço Social brasileiro avançou demasiadamente nas últimas décadas como profissão interventiva e área de conhecimento. Quanto a este último, pode-se afirmar que a área de conhecimento se voltou especialmente para os processos que ocorrem na vida concreta, sobretudo aqueles que fazem referência às condições de produção e reprodução da vida social postos no sistema capitalista, o que nos remete diretamente às expressões da questão social (MOTA, 2016).

Uma dessas expressões apresenta-se como uma das mais fortes expressões em nosso país: a questão da habitação (SANTANA, 2018). É fato que esta constatação pode ser observada nas grandes cidades brasileiras, a partir de uma urbanização desenfreada e da própria luta de classes presente nas cidades, onde os interesses da classe dominante tomam forma e à cidade dão o tom da segregação social e espacial. Neste contexto, o Estado emerge na realidade social como um ente eminentemente contraditório, buscando responder aos diferentes interesses de classe. Dado isto, as cidades da Amazônia não fogem desta tendência.

A abordagem teórico-metodológica desenvolvida nesta pesquisa está fundamentada no método dialético da teoria social, e se deu a partir de levantamento na Plataforma Sucupira⁵, onde foram filtrados os programas de pós-graduação da área de Serviço Social que estivessem localizados na Região Norte. O recorte histórico foi de 2013-2019.⁶ Após destacar as principais características dos cursos (nome, áreas de concentração, linhas de pesquisa), realizou-se a leitura de todos os

⁵ No endereço <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>, selecionou-se a opção “Coletas Capes”, e, em seguida, “Dados do envio”, onde foram selecionados os PPGSS da UFPA e da UFAM.

⁶ Este recorte justifica-se pela data do início de funcionamento da plataforma, a saber, 2013, e pelo último ano em que foi realizada coleta de dados até o momento de elaboração deste artigo, 2019.



títulos dos trabalhos defendidos. A partir disso, foram selecionados 29 trabalhos, dos quais após passarem por critérios de seleção,⁷ 15 foram escolhidos para serem analisados.

Assim, o artigo está estruturado com os seguintes tópicos: para além desta introdução, o item 2 apresenta sinteticamente o percurso histórico da política urbana e habitacional no Brasil e a sua relação com o Serviço Social, onde foram utilizados os estudos de Santos (2012), Iamamoto (2015), Duriguetto e Marro (2016), Paz et. al (2018); o item 4 demonstra os resultados do presente estudo, contextualizando o surgimento da pós-graduação no Brasil e a sua particularidade na região amazônica, afunilando para aspectos mais específicos da relação entre política urbana e habitacional e o Serviço Social; na sequência, as considerações finais; e, por fim, as referências bibliográficas.

2. POLÍTICA URBANA E HABITACIONAL NO BRASIL E O SERVIÇO SOCIAL

Apontar as dimensões da relação da política urbana e habitacional com o Serviço Social é importante para entender a totalidade histórica da formação desenvolvimento da profissão/área no Brasil.⁸ Neste sentido, o que se pode verificar no percurso da profissão no Brasil, é que os/as assistentes sociais têm acompanhado o movimento da política urbana e habitacional, que, por sua vez, tem sido reeditada de diferentes maneiras a depender do contexto institucional-político de nosso país.⁹

⁷ A pesquisa utilizou como critérios de seleção: a) o trabalho defendido deveria estar disponível para ser consultado de maneira *on-line*; e b) a dissertação e/ou tese deveria tratar de fenômenos que foram observados na Região Norte.

⁸ Destaca-se que a política urbana/habitacional e a sua relação com o Serviço Social possui três principais faces: no plano acadêmico, onde historicamente o Serviço Social enquanto área de conhecimento tem buscado apreender os fenômenos relacionados à questão urbana/habitacional; no âmbito institucional, no qual os/as assistentes sociais têm sido requisitados para trabalhar no âmbito da política urbana/habitacional; e, ainda, no nível social-político, onde através de assessorias e outras formas de interação os/as assistentes sociais têm trabalhado com os movimentos sociais urbanos e outros grupos políticos.

⁹ Não é objetivo deste trabalho recuperar e analisar o processo histórico da política urbana e habitacional no Brasil, mas é imprescindível apontar que estas políticas foram constituídas por diversos segmentos da sociedade e responderam (como ainda respondem) a interesses antagônicos, revelando seu caráter contraditório.



Historicamente, seguindo a tendência das cidades capitalistas, “as cidades brasileiras têm se desenvolvido no cumprimento de um modelo que prioriza a urbanização acelerada, a polarização e tensionamento das relações” (SANTOS; DINIZ, 2012, p. 100). No processo de urbanização do Brasil verifica-se elementos e tendências do capitalismo mundial, mas observa-se também a incorporação de processos endógenos, como o advento do trabalhador livre;¹⁰ e a criação da Lei de Terras de 1850¹¹ (MARICATO, 2001). Nestes termos, Iamamoto (2015) e Santos (2012) afirmam que a constituição do capitalismo no Brasil se constrói por meio do arcaico, recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, e sinalizando a ausência de reformas estruturais.

De certo, percebe-se que o Serviço Social e a sua relação com a política urbana e habitacional necessita ser contextualizada no plano social e político, nas diferentes conjunturas e momentos históricos. Nas primeiras décadas do século XX, os/as assistentes sociais executavam intervenções pontuais, moralizadoras e conservadoras (GOMES, 2006).¹² Em seguida, com o Golpe Militar de 1964, verifica-se que a política habitacional é alçada como uma das políticas prioritárias do regime autocrático¹³, sendo utilizada como estratégia para alcançar a legitimação diante da população.

Neste período, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), que tinha por objetivo atender a expressiva falta de habitação nas cidades, e, ao mesmo tempo, atender ao mercado imobiliário. Os programas e projetos habitacionais voltados para as famílias de média e baixa renda eram executados pelas Companhias de Habitação

¹⁰ Onde, na verdade, a população recém alforriada ocupou as cidades sem qualquer tipo de política que buscasse prover as condições básicas para a sua reprodução social.

¹¹ Na qual só quem podia pagar era reconhecido como proprietário (além do valor moral, a propriedade tinha também valor econômico e social). Após o período das sesmarias, no qual as terras eram doadas e distribuídas à grandes proprietários com o intuito de produção agrícola, no caso da lei de Terras, o “dono” da terra era quem pudesse pagar por ela, ou seja, esta era reconhecida como uma mercadoria.

¹² A política habitacional no Brasil pode ser visualizada mais nitidamente a partir das primeiras décadas do século XX, onde o Estado, não podendo mais negligenciar a questão da habitação enquanto expressão da questão social, passa a intervir nos espaços em que as famílias da classe trabalhadora ocupavam, no entanto, estas intervenções tinham um caráter moralizador e higienista.

¹³ A ditadura militar (1964-1985) acabou sendo um marco importante para a política habitacional, pois neste período é criado o Sistema Financeiro de Habitação e o Banco Nacional de Habitação (BNH), objetivando criar uma política de financiamento capaz de mobilizar o setor da construção civil, a economia brasileira (BONDUKI, 1994) e ainda, camuflar as atrocidades de um governo ditatorial por meio de medidas populistas.



Popular (COHAB), nas quais os/as assistentes sociais passaram a trabalhar mediante Trabalho Social com as famílias (PAZ et. al, 2018).¹⁴

A partir de 1970, momento em que há um esgotamento das bases políticas e econômicas do regime militar, observa-se a retomada das lutas sociais por melhores condições de vida. Este contexto favoreceu o surgimento de movimentos de moradia, como os de favela nas cidades. Estas lutas “impulsionaram os movimentos, que se generalizaram nas cidades, com ocupações de terrenos públicos e privados, reivindicações por moradia, urbanização, regularização, mutirão e autogestão e serviços urbanos” (PAZ et. al, 2018, p. 114). Nesse período, o trabalho social desenvolvido nas prefeituras das capitais e metrópoles (permeado de muitas contradições) configura-se como um aliado na organização dos movimentos populares urbanos, em especial o de favelas e mutirões.¹⁵

Este período coincide com a vertente de renovação do Serviço Social brasileiro denominado intenção de ruptura (NETTO, 2005), como ficou conhecido o movimento da profissão que procurava cortar laços com a atuação conservadora que se encontrava na base da profissão, sendo da maior importância, pois dela resultou (mas não apenas) as diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social; o Código de Ética da profissão que reconheceu a escolha pela defesa dos direitos da classe trabalhadora; além da importância dos estudos críticos na formação dos/as assistentes sociais.

No final da década de 1990, o Trabalho Social realizado por assistentes sociais, adequando-se às orientações das agências multilaterais de créditos, passa a ser uma exigência em programas ou projetos nutridos com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). Porém, é a partir da chegada de um partido que se denominava como de esquerda que a política habitacional tornou-se prioridade entre as políticas do

¹⁴ Nos primeiros anos após a criação do BNH, o trabalho dos/as assistentes sociais preocupava-se com a seleção de demandas e/ou dos futuros moradores dos conjuntos. Nas décadas que se seguiram o trabalho do/a assistente social consistia em realizar ações que buscassem promover a participação dos mutuários e a conscientização dos direitos e deveres do cidadão (PAZ et. al, 2018).

¹⁵ Todavia, é importante registrar que a aproximação da categoria com os movimentos sociais data de décadas anteriores, mais especificamente 1960, sob o Movimento de Reconceitualização latino-americano (DURIGUETTO; MARRO, 2016).



governo federal novamente, isso se deu especialmente com a criação do Ministério das Cidades no Governo Lula da Silva (2002-2010).

Neste quadro, o trabalho social também tem sua concepção ampliada pelo Estado e passa a ser reconhecido na Política Nacional de Habitação (PNH) como um direito do cidadão. Nos mandatos que se seguiram é observado que se mantém o trabalho social com a população sobretudo nos dois programas prioritários do governo federal: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Assim, o decurso histórico da política urbana e habitacional vinculada ao Serviço Social não esteve aquém das nuances da hegemonia do capital financeiro, já que “Essa dominação é impensável sem a intervenção política e apoio efetivo dos Estados Nacionais, pois só na vulgata neoliberal o Estado é externo aos ‘mercados’.” (IAMAMOTO, 2015, p. 109). Mesmo com avanços consideráveis na Política de Habitação de Interesse Social, observa-se que a política urbana e habitacional contraditoriamente, vincula-se a processos mais gerais de financeirização da moradia.

Com a arrancada do conservadorismo no Brasil, e a chegada de um governo de extrema direita, do Presidente Jair Bolsonaro, em 2019, abertamente defensor do ultraneoliberalismo, as políticas públicas sofreram fortes mudanças, incluindo a política urbana e habitacional. Foi anunciado o encerramento do PMCMV (Lei nº 11.977/2009) e a sua substituição pelo Programa Casa Verde e Amarela (Lei nº 14.118/2021), o qual, segundo o anúncio, irá apenas reeditar o antigo programa, assegurando a mercantilização de direitos, como exposto em seu lançamento pelo Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), portanto, trata-se de um programa de investimentos. Neste contexto, o Serviço Social como profissão interventiva e área de conhecimento tem a tarefa de acompanhar este movimento, apreendendo a tendência dos fenômenos que estão por vir.

Esse percurso de luta também é demarcado na produção de conhecimento científico na área de Serviço Social, especificamente, no Serviço Social brasileiro, que ligado a uma teoria social crítica, tecem a luta política pela emancipação da classe trabalhadora. Nesse sentido, no item a seguir será exposta a análise de dissertações



e teses defendidas em programas de pós-graduação da área de Serviço Social que estão localizados na Região Norte.

3. ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL QUE TRATAM SOBRE A POLÍTICA URBANA/HABITACIONAL NA AMAZÔNIA

As grandes linhas históricas, sociais e políticas que determinam espacialmente o Brasil também influenciam a dinâmica da Amazônia, porém, é necessário que se tenha em vista as particularidades que a região possui. Assim, Bittar (2018) afirma que na realidade brasileira – podendo-se expandir tal afirmação para a Amazônia – coexistem dialeticamente diferentes realidades: de um lado, moderna, urbana, trabalhadora, ecológica; de outro, latifundiária, escravista, monocultora, hierárquica, conservadora, machista e negadora de direitos.

Assim, é necessário analisar a particularidade da urbanização na Amazônia brasileira, na qual destaca-se a sua inserção na divisão territorial do trabalho, e que a coloca como lugar de superexploração da natureza e da força de trabalho. Historicamente, as cidades da região amazônica receberam enormes contingentes populacionais estimulados por ações governamentais e tiveram suas dinâmicas e seus espaços transformados e subordinados à ordem do capital (MARQUES, 2016). Esta adequação das cidades amazônicas para que pudessem ser encaixadas no padrão exigido gerou inúmeras consequências para a população, o que impactou (e ainda impacta) diretamente na produção e reprodução da vida das famílias, inclusive no que diz respeito ao acesso à habitação.

Verifica-se que a interação entre o Serviço Social e política urbana e habitacional acompanha esta particularidade, isso porque nota-se no decurso histórico o esforço da área em desvelar fenômenos da vida concreta e processos que se passam na região amazônica, através de pesquisas científicas (mas não apenas) desenvolvidas nos programas de pós-graduação da área.

Em termos históricos, Santana (2018) afirma que o Serviço Social foi reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes) em



1976, e, desde então apresenta importantes contribuições ao meio científico. Sendo que este reconhecimento e avanço têm como um de seus determinantes o avanço das pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no decorrer da década de 1970, as quais foram expandidas nas décadas seguintes, com destaque para a primeira década dos anos 2000, acompanhando assim, o período de expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Guerra (2011) aponta que embora as origens da pós-graduação datem da década de 1930, é a partir de 1960, especificamente sob o contexto ditatorial, que se pode afirmar que a pós-graduação se institucionaliza como um sistema, através do parecer da Câmara de Ensino Superior, nº 977/65, conhecido como parecer Sucupira, aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Vale registrar que esta institucionalização tinha como um de seus objetivos maiores atender aos interesses burgueses, os quais possuíam “a perspectiva de configurar à universidade um determinado perfil de neutralidade, assepsia, tecnocratismo, conformando e sustentando uma racionalidade formal-burocrática” (GUERRA, 2011, p. 129).

Particularizando para a Amazônia, observa-se que em se tratando dos programas de pós-graduação presentes na região, podemos citar como marco histórico a criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), sendo instituído em 1996 o Curso de Mestrado Acadêmico. Atualmente, o referido PPGSS conta também o curso de doutorado, e tem como áreas de concentração “Serviço Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento” e “Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais”; e, como linhas de pesquisa “Serviço Social e Trabalho na Amazônia” e “Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais”.

Por sua vez, o curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) foi criado mais recentemente, em 2007, e tem como áreas de concentração “Serviço Social, Políticas Públicas, Trabalho e Sustentabilidade na Amazônia” e Serviço Social, Políticas Sociais e Sustentabilidade na Amazônia”; e como linhas de pesquisa “Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação Profissional” e “Gestão





Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade Socioambiental”.

Neste sentido, procurou-se realizar uma imersão nos referidos programas de pós-graduação, objetivando capturar a relação entre as suas produções acadêmicas e a questão urbana e habitacional na Amazônia. Como apontado na introdução deste artigo, a pesquisa realizou um levantamento bibliográfico no que se refere aos trabalhos de conclusão defendidos nos programas da área de Serviço Social e que tratam dos estudos urbanos e habitacionais. Assim, foi possível analisar 15 trabalhos, sendo 13 deles defendidos no PPGSS-UFPA e 02 no PPGSSS-UFAM.¹⁶

Buscou-se levantar qual o método de investigação utilizado pelos(as) autores(as) dos trabalhos defendidos: 93% das dissertações se utilizaram do materialismo histórico-dialético, o que demonstra a força do método elaborado por Karl Marx. Este dado aponta que os(as) pesquisadores(as) da área têm buscado elucidar as contradições que se relacionam com os seus objetos, e, ainda, está em consonância com os(as) autores(as) mais citados nos trabalhos, os quais seguem uma linha crítica em seus estudos, conforme pode ser visualizado no Quadro 1.

¹⁶ **PPGSS/UFPA:** PARENTE, Eneida Barbosa. **A atuação do Conselho Municipal de Habitação de interesse social em Belém** (2013); SANTOS, Rita de Cássia Barbosa dos. **Política habitacional e trabalho social: entre concepções e discursos** (2013); TRINDADE, Marcio Marcelo de Souza. **A regularização fundiária de interesse social em Belém: a experiência do bairro do Jurunas** (2015); COSTA, Larissa Marinho da. **Movimentos sociais urbanos nos novos espaços de participação popular: atuação e organização** (2016); COSTA, Najara Mayla do Socorro Veiga. **Produção habitacional em pequenas cidades paraenses: Análise do Programa Minha Casa Minha Vida e Planos Locais de Habitação de Interesse Social** (2016); OLIVEIRA, Aricarla Batista de. **Impactos sócioeconômicos nas estratégias de sobrevivência das famílias reassentadas pelo programa de saneamento da bacia da estrada nova (PROMABEN)** (2017); COSTA, Eucicleia Dias da. **Remanejamento urbano e política habitacional: Mudanças no cotidiano das famílias da Comunidade Riacho Doce** (2017); PEREIRA, Aida Margarida Cardoso Gonçalves. **Atuação profissional do assistente social e política de habitação na produção acadêmica** (2018); CHAGAS, Margareth Padinha das. **Impactos socioeconômicos, culturais e segregação socioespacial em Belém-PA: as/os remanescentes do Projeto Portal da Amazônia/Orla** (2018); FREITAS, Gizelle Soares de. **Serviço Social e o projeto ético-político da profissão: dilemas do trabalho profissional nos programas urbano-habitacionais** (2018); MEDEIROS, Mônica de Melo. **Inadequação habitacional e Programa Minha Casa Minha Vida em pequenas cidades no estado do Pará** (2019). **PPGSS/UFAM:** TORRES, Iraídes Caldas. **A gestão do Programa Minha Casa Minha Vida pela entidade Amazonas Sempre Vivo: a inserção do movimento social na política pública de moradia, em Manaus** (2013); FERREIRA, Sabrina Moraes. **Analisando a construção do espaço urbano em Manaus: PROSAMIM, uma vitrine para o capital?** (2019).



Quadro 1 – Autores(as) mais citados(as) nas dissertações analisadas

AUTORES/AS	N.º de ocorrências
MARICATO, Ermínia	42
SANTANA, Joana Valente	38
MARX, Karl	27
NETTO, José Paulo	22
HARVEY, David	21
ENGELS, Friedrich	20
LEFEBVRE, Henri	18
GOMES, Maria de Fátima Cabral	17
SANTOS, Milton	17
BONDUKI, Nabil	14
ROLNIK, Raquel	11
GOHN, Maria da Glória	10
CARDOSO, Ana Cláudia Duarte	08
BECKER, Bertha	06
TORRES, Iraldes Caldas	06

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

Os autores acima citados têm contribuído fortemente para os estudos realizados na Região Norte, de diferentes maneiras, isso porque observa-se que parte deles(as) tratam de questões mais gerais do Modo de Produção Capitalista, enquanto outros(as), sem perder de vista a totalidade, voltam-se para questões mais específicas, tais como os estudos sobre as cidades, o urbano, políticas habitacionais, entre outros. Assim, é notório que os(as) pesquisadores da região buscam interpretar seus objetos à luz dos estudos de teóricos objetivando alcançar os elementos universais, particulares e singulares.

Dessa maneira, torna-se igualmente importante apontar o papel fundamental da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)¹⁷, especialmente no que diz respeito ao debate da formação profissional dos/das assistentes sociais, à ratificação da teoria marxiana enquanto método de investigação das pesquisas que tratam das expressões da questão social, além de apontar fortemente a necessidade de respostas profissionais orientadas pelo método dialético.

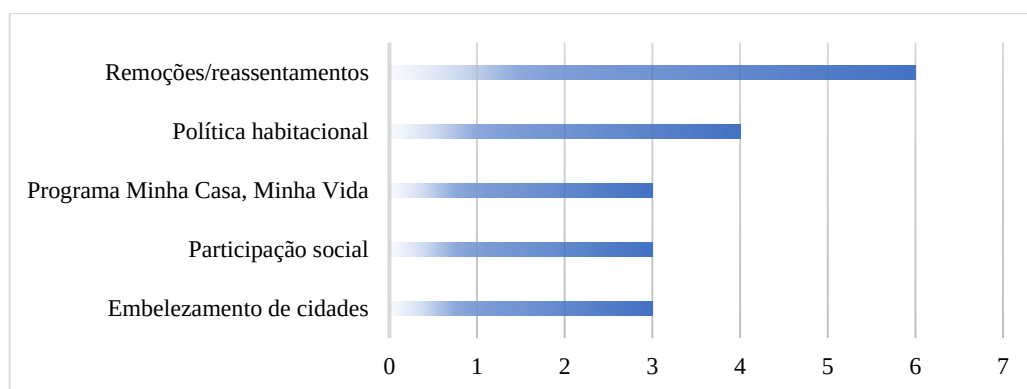
¹⁷ Conforme Guerra (2011, p. 127): “criada desde 1946 como ABAS, e vigorando por anos como ABESS, a atual ABEPSS explicita desde a sua nomenclatura que tem como princípio e compromisso a relação orgânica entre graduação e pós-graduação, por entender que na consolidação da pós-graduação localizam-se as condições para a qualificação da graduação”.



Ademais, a análise dos trabalhos permitiu quantificar as dissertações que dialogam com a área do Serviço Social: 53% dos(as) pesquisadores voltaram-se para a área. Nesta mesma linha de raciocínio, buscou-se verificar se os pesquisadores(as) dialogam diretamente ou indiretamente com o tema do trabalho profissional: 33% dos trabalhos abordam, ainda que transversalmente o referido tema.

Pode-se afirmar que, em geral, os trabalhos versam sobre os programas e/ou projetos urbanos e habitacionais (incluindo projetos de regularização fundiária) executados sobretudo nas capitais do Amazonas e do Pará, a atuação dos movimentos sociais urbanos, bem como sobre o trabalho profissional dos/as assistentes sociais que estão inseridos nas intervenções urbanísticas geralmente requeridas pelo Estado. Além disso, observou-se que as obras em que os/as assistentes sociais são requisitados(as), na maioria das vezes, são executadas pelo Estado, que, permeado por interesses burgueses e contraditórios, elabora e executa intervenções que têm por objetivo a remoção das famílias empobrecidas e que são aparentes nas áreas requisitadas das cidades, o que entende-se na literatura voltada para a temática por processos de embelezamento, os quais têm sido observados nas grandes cidades da Amazônia, em especial nas capitais Belém/PA e Manaus/AM. Esta síntese está expressa no Gráfico 1, o qual demonstra as temáticas mais recorrentes nos trabalhos.

Gráfico 1 – Temáticas mais recorrentes nos trabalhos defendidos nos PPGSS da UFPA e UFAM e que tratam da política urbana e habitacional



Fonte: Elaborado pelos autores com base no levantamento realizado, 2020.



Assim, as intervenções estatais têm removido famílias que residem em assentamentos precários¹⁸ – o que nos remete às práticas de um passado não tão distante –, com o objetivo de, a nível de discurso, melhorar as condições de vida (e de moradia) desta população,¹⁹ no entanto, o que se verifica é que geralmente os espaços que recebem essas intervenções do Estado correspondem aos interesses dos setores imobiliários com vistas a fomentar a especulação imobiliária.

Neste sentido, concordamos com Maior et. al (2018), ao afirmar que o Estado, que deveria ser o ente a garantir os direitos da população, na verdade, tem sido negligente, e, em casos mais extremos, o próprio responsável pela retirada de direitos ou pela imposição de obstáculos para que não sejam alcançados pela grande parte da população. Dessa maneira, constata-se que a produção acadêmica dos PPGSS da Região Norte tem buscado acompanhar este movimento da realidade concreta, fornecendo subsídios para a categoria apreender os processos e os seus determinantes, tendo em vista que no atual contexto de crise estrutural do capital, de refuncionalização do Estado, e das políticas sociais (onde se inclui o desmanche dos direitos sociais historicamente conquistados), tais temas têm aparecido com força nos trabalhos analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório o avanço do Serviço Social brasileiro enquanto área de conhecimento nas últimas décadas, no entanto, a nível de cursos de mestrado e doutorado em programas de pós-graduação da área, percebe-se uma concentração destes programas nas regiões Sul e Nordeste – onde estão cerca de 69,7%, de acordo com Santana (2018) –. Importante apontar este contraste porque expressa a urgência de

¹⁸ “Os assentamentos precários possuem diversas tipologias e têm em comum algumas características, a saber: a) o fato de serem áreas predominantemente residenciais, habitadas por famílias de baixa renda; b) a precariedade das condições de moradia, caracterizada por inúmeras carências e inadequações; c) a origem histórica, relacionada às diversas estratégias utilizadas pela população de baixa renda para viabilizar, de modo autônomo, soluções para suas necessidades habitacionais” (BRASIL, 2010, p. 9, apud SANTANA, HOLANDA, RIBEIRO, SAKATAUSKAS, MAUÉS, 2020, p. 235).

¹⁹ As pesquisas que se voltaram para estes processos confirmam que, na verdade, estas condições de vida, agora, em um novo espaço onde estão assentadas suas moradias, são agravadas e suas estratégias de sobrevivência dificultadas.



investimentos para que os cursos possam ser instituídos nas demais regiões do País, sobretudo em estados historicamente negligenciados quando se trata de educação, como é o caso daqueles que constituem a região Norte e fazem parte da Amazônia.

Conforme apontado neste trabalho, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFPA e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade/UFAM possuem um papel fundamental no que tange a apreensão dos fenômenos que ocorrem no território amazônico, especialmente aqueles que remetem às expressões da questão social, como é o caso da questão urbana e habitacional.

Assim, o presente estudo realizado a partir da análise de 15 dissertações defendidas em programas de pós-graduação da área de Serviço Social da Região Norte, aponta que os referidos programas têm feito o esforço de, através da elaboração e publicação de pesquisas acadêmicas (neste caso, dissertações), desvelar os processos, fenômenos e dinâmicas que se passam no território amazônico, orientados fortemente por um método crítico e dialético, buscam as determinações de seus objetos de pesquisa, acompanham as transformações sociais e espaciais em que seus estudos se assentam, e recuperam a particularidade histórica que a Amazônia possui, sem perder de vista a totalidade que a coloca como mediação entre as singularidades de seus objetos e os elementos universais que a constituem.

A importância destes programas no acompanhamento dos processos que se passam na Amazônia ganha ainda mais importância em um contexto de crise política, social e econômica como a que se passa em nosso país. Nos últimos anos, a educação e outras políticas públicas e sociais (como as voltadas para habitação de interesse social) já vinham sofrendo grandes cortes nos três níveis do governo, porém, com a chegada, em 2019, de um defensor da agenda ultraneoliberal ao cargo mais alto do executivo, Jair Bolsonaro, as políticas públicas têm sido desmontadas em um ritmo desenfreado, o que tem levado a fortes impactos na reprodução social das famílias, o que significa um aprofundamento das expressões da questão social.

Portanto, a indissociabilidade entre teoria e prática que perpassa o processo de mediação da elaboração das pesquisas científicas analisadas, vinculada à vida concreta de trabalhadores/as nas cidades, potencializam intervenções profissionais



qualificadas bem como o fortalecimento da organização política em prol da defesa, manutenção e ampliação das políticas urbanas e habitacionais. Nesse sentido é mais do que necessário que a categoria profissional como um todo fomente o fortalecimento das bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, pois apenas a formação crítica e valorização do ensino superior público oferecem respostas significativas para o quadro de desmonte das políticas sociais e de enfrentamento estratégico às amarras da sociabilidade capitalista.

REFERÊNCIAS

BITTAR, E. C. B. Democracia e políticas públicas de direitos humanos: a situação atual do Brasil. **Revista USP**. São Paulo. N. 119, p 11-28, outubro/novembro/dezembro, 2018.

BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. **Revista de História (USP)**. V.*, 1994.

DURIGUETTO, M. L.; MARRO, K. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o Conservadorismo. In OLIVEIRA, Maria Liduína O. S. **Serviço Social no Brasil: história de resistência e ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

GOMES, M. de F. C. M. Políticas Urbanas e Serviço Social. UFRJ/CFCF/ESS, 2006.

GUERRA, Y. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MAIOR, N. M. S. S.; CLEMENTINO, M. O.; COSTA, R. O.; LEAL, S. D. C. Direitos humanos e serviço social: demandas e desafios contemporâneos. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 127-138, jul./dez. 2018.

MARQUES, G. S. **Fracasso do desenvolvimentismo regional?** Instituições e desenvolvimento na Amazônia. In: O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão II. Editora Universitária UFPE: Recife, 2016.



MOTA, A. E. Serviço Social Brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: SILVA, M. L. O. de (org.) **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64.** 8ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; RIBEIRO, Rovaine; SAKATAUSKAS, Giselle de Lourdes Bangoim; MAUÉS, Rogério Santana. **Precariedade habitacional no estado do Pará: subsídios para o trabalho do assistente social em tempos regressivos.** In: Rosângela Dias Oliveira da Paz; Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (Orgs.). Serviço social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições. 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

SANTANA, J. V. “Habitação” In: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em números.** Rio de Janeiro: IBGE. 2018.

SANTANA, J. V. Questão urbana e habitacional e Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 217-238, jul./dez. 2018.

SANTOS, J. S. **Questão social: particularidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, M. S; DINIZ, T. M. R. de G. A Reforma Urbana no Contexto da Sociedade de Classes: Limites e Possibilidades In: SANTANA; J. V; HOLANDA, A. C. G; MOURA, A. do S. F. de (org.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia.** Belém/PA: Ed. UFPA. 2012.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO

